Extensão universitária e responsabilidade social: o desafio da interdisciplinaridade



Nildo Alves Batista

Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo e Diretor do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde/UNIFESP

Introdução

A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em dezembro de 1996, tem sido objeto de importantes debates sobre o processo educacional

brasileiro, explicitando concepções, objetivos e metas que são projetadas para todos os campos educativos.

No âmbito da Educação Superior, a LDB, em seu artigo 43, situa dentre suas finalidades:

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Reafirmam-se, dessa forma, as vinculações entre ensino superior e extensão universitária, inserindo esta como pedra angular na construção de planos político-acadêmicos. Nessa direção, o Plano Nacional de Extensão 1999-2001, do Ministério da Educação, aponta com princípio básico que, para a formação do Profissional Cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a Sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação com os problemas que um dia terá de enfrentar:

> A Extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. É importante consolidar a prática da Extensão, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico (BRASIL, 1999-2001).

O referido documento destaca como seu objetivo: "reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade; indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais."

Insere-se, assim, a questão sobre o significado de extensão: retomando o conceito de Extensão Universitária elaborado no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, a relação entre a responsabilidade social da Universidade e seu projeto pedagógico fica explícito:

> A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxisde um conhecimento acadêmico. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria e prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (BRASIL, 1987).

È com esta perspectiva que o presente texto tem como objetivo a dimensão interdisciplinar nas atividades de Extensão, oferecendo subsídios para a elaboração de propostas que possam articular de maneira mais efetiva o tripé ensino-pesquisa-extensão nos projetos políticopedagógicos de nossas Universidades.

Revisitando o conceito de currículo

Constitui desafio atual para o ensino superior a busca da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade e de mecanismos que possam responder à velocidade espantosa com que se dá a obsolescência da informação nas diferentes áreas do conhecimento humano. Associada a isso, está a necessidade de formar profissionais que respondam às demandas sociais, isto é, humanistas e técnicos competentes que possuam conhecimentos, habilidades psicomotoras, atitudes e comportamentos éticos e compromisso social.

O entendimento do currículo não se esgotando numa grade curricular, mas em um meio de intervenção social que extrapola os muros da Universidade, é essencial para discutirmos as dimensões interdiciplinares dos projetos de Extensão.

Domingues (1986), analisando os paradigmas curriculares, aponta quatro pontos de reflexão: pensar o currículo, abrangendo a reflexão referente à seleção, organização e apresentação dos conteúdos programáticos; ler o currículo, entendendo-o desde uma definição restrita como uma 'listagem de disciplinas' até uma abrangente como 'todas as experiências que o aluno tem sob a tutela da escola'; fazer currículo, ou seja, contextualizá-lo através de análises e soluções/tentativas possíveis na dimensão que delimita aquela prática curricular; sentir o currículo, aceitando sua diversidade e sabendo que não existem soluções fáceis nem mecânicas.

Traldi (1987 p.41) conceitua currículo como "todas as experiências organizadas e supervisionadas pela Escola, pelas quais, portanto, esta assume responsabilidade. Implica uma filosofia de vida em ação, porquanto será o centro e a vida de todo o programa escolar".

Na direção de ampliar essa concepção, Gatti (1996) assinala que o currículo deve ser entendido como um meio articulado e intencional de formação, ou seja, um conjunto de vivências educativas que tem o objetivo de facilitar a construção de determinado campo do conhecimento.

Corroborando e sinalizando outros desdobramentos, Sacristan (2000) entende o currículo como a cultura da própria escola, através da qual se selecionam e se organizam os conteúdos. Está intimamente relacionado às condições institucionais refletidas na política curricular, na estrutura e organização escolar. É o resultado das concepções curriculares vigentes, entendidas como opções políticas, concepções psicológicas, epistemológicas e sociais, filosofias e modelos educativos.

Coll (1997, p. 45) situa currículo como: "(...) o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução".

As dimensões processuais e históricas também são destacadas por Sacristan (2000, p.13) que enfatiza:

> (...) a prática a que se refere o curíiculo, no entanto é uma realidade prévia muito bem sucedida, através de comportamentos administrativos, econômicos etc., atrás dos quais se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores etc., que condicionam a teorização sobre o currículo.

Nesse panorama conceitual, entendo (Batista e Silva, 2001) o currículo como construção prática social: para além de fazeres cotidianos, emergem as relações entre teoria e prática no contexto acadêmico aproximando-nos da concepção de práxis (Vasquéz, 1977). Descortina-se, assim, a ênfase dialética que, considerando o caráter histórico-social, desvela significados que a extensão universitária vem assumindo no cenário acadêmico brasileiro.

Analisar e pesquisar práticas sociais implica fazer opções, recortes, delimitações do objeto a ser investigado; todavia, faz-se necessário reconhecer a importância de leituras que privilegiem a totalidade do problema de pesquisa: são movimentos permanentes de diferenciação e de integração no percurso de produzir conhecimento.

Essas afirmações nos trazem o desafio de ampliar as concepções da extensão universitária, articulando-a com as dimensões de ensino e pesquisa. E aqui se inscreve uma profunda articulação interdisciplinaridade, pois conceber a extensão como prática que produz conhecimento e aprendizagem demanda construir novos sentidos para o próprio processo de produção da ciência, assumindo nova postura frente ao conhecimento.

Neste sentido, Fazenda (1991, p.13-4) já nos anunciou a interdisciplinaridade como:

> uma atitude possível diante do conhecimento. Atitude de quê? Atitude de buscar alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera perante atos não-consumados; atitude de reciprocidade que impele à troca, ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo; atitude de humildade diante da limitação do próprio saber; atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes; atitude de desafio diante do novo, desafio de redimensionar o velho; atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e pessoas neles implicados; atitude de responsabilidade mas, sobretudo, de alegria, revelação, encontro, enfim, de vida. (grifos no original).

Essa nova atitude traz uma ruptura com o modelo que tem sido hegemônico na prática universitária, o qual destaca o ensino e a pesquisa como objetivos nucleares. A busca por superar a rigidez e a impermeabilidade de modelos científicos cuja lógica da mensuração enclausura outros modos de produzir ciência, tem exigido novas referências epistemológicas.

Furlanetto (1998) afirma:

A interdisciplinaridade, a meu ver, surge como esse conhecimento que se produz nas regiões em que as fronteiras se encontram e criam espaços de interseção, onde o eu e o outro, sem abrir mão de suas características e de sua diversidade, abrem-se disponíveis à troca e à transformação. Qualquer prática interdisciplinar acontece a partir dessa postura de expansão de campos e de abertura de fronteiras. É necessário enfatizar. no entanto, Interdisciplinaridade não implica somente criar espaços de encontros e de interseções entre as áreas do conhecimento, mas constitui uma postura interdisciplinar que permite esse movimento de aproximação e transformação que vai além das disciplinas.

Trata-se, dessa forma, de reconhecer que construir interações numa perspectiva interdisciplinar significa partilhar, trocar, aprofundar opções político-pedagógi-

cas, buscando compreender a rede cultural, ideológica, científica e social que marca os projetos curriculares no ensino superior.

Nesses projetos, a extensão universitária assume significado nuclear, pois que permite diálogo diferenciado com a sociedade, reconhecendo a responsabilidade social da instituição universitária e construindo espaços de cidadania que lidem com a diversidade na perspectiva da inclusão e da transformação.

Referências Bibliográficas

BATISTA, N.A.; SILVA, S. H. S. O professor de Medicina. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001

BOCHNIAK, R. Questionar o conhecimento. São Paulo: Loyola,

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de.1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez.1996, p.248.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSI-DADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Fórum. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária, 01).

COLL, C. Psicologia e currículo. 2.ed. São Paulo: Ática, 1997.

DOMINGUES, J.L. Interesses humanos e paradigmas curriculares. Rev. Bras. Estud. Pedadog., Brasilia, 67 (156):351-66, 1986.

FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: um dicionário em construção. São Paulo: Cortez, 2001.

FAZENDA, I. Práticas interdisciplinares na Escola. São Paulo: Cortez, 1991

FOUREZ, G. Fondements épistémologiques pour l'interdisciplinarité. In LENOIR, R.B. FAZENDA, I. (Org.) Les fondements de l'interdisciplinarité dans la formation à l'enseignement. Sherbrooke: Éd. du CRP, 2001

FURLANETTO, E. A prática interdisciplinar. Educação e formação. Revista do Congresso de Educação Continuada, n.7, p. 37-40, dez 1998.

FURLANETTO, E. Como nasce um professor? São Paulo: Paulus,

FURLANETTO, E. Formação de professores: desvelando os símbolos para pesquisar interdisciplinarmente. In: ROLDÃO, M.C.; MARQUES, R. Inovação, currículo e formação. Porto: Porto, 2000.

GATTI, B. Os paradigmas da ciência e sua presença nos currículos. PUC-SP, 1996. Xerox.

LENOIR, Y. De l'interdisciplinarité scolaire à l'interdisciplinarité dans la formation à l'enseignement: un état de la question. Revue Francaise de Pédagogie, Paris, n.124, juil/août/sept 1998.

NOGUEIRA, M. D. (Org) Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

SACRISTÁN, J.G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VASQUEZ, A. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TRALDI, L.L. Currículo. São Paulo: Atlas, 1987.